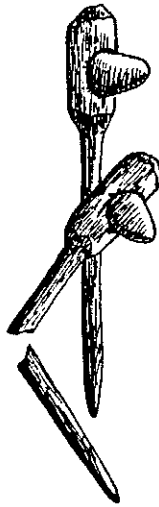


# Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense



Cecília Maria Vieira Helm

GT - História Indígena e do Indigenismo

Trabalho Apresentado na XIX Reunião Anual da  
ANPOCS

Caxambú, 17-21 de outubro de 1995.

## Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense

Cecília Maria Vieira Helm

E-mail: [cecihelm@matrix.com.br](mailto:cecihelm@matrix.com.br)

1 - Historiografia Paranaense

2 - Índios kaingang, Guarani e Xetá

Antropologia e História

Capa: Machadinha dos Xetá, Pr.

Diagramação e Impressão:

By Design Estúdio Gráfico

Curitiba - Paraná

Fone: (041) 253-9064

Curitiba, 1997

# Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense\*

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. <u>000 00064</u>

Cecília Maria Vieira Helm\*\*

À memória do Professor Dr. Brasil Pinheiro Machado.

\* Texto originalmente elaborado para a XIX Reunião Anual da ANPOCS realizada de 17 a 21 de outubro de 1995, em Caxambu, MG e apresentado no GT: História Indígena e do Indigenismo.

\*\* Professora titular aposentada, UFPr. Pesquisadora visitante do PPGAS da UFSC e bolsista do CNPq.

## Os Indígenas na História do Paraná.

Os povos indígenas localizados no Brasil meridional aparecem na obra de Romário Martins, em capítulo dedicado a *distribuição geográfica das tribos indígenas* (Martins, 1937,38). É o primeiro trabalho publicado sobre a História do Paraná. O livro contém uma classificação dos indígenas em : *Tupis, Crens e Gês*. Durante muitos anos a classificação de Romário Martins foi transcrita para textos didáticos e repetida, sem revisão, em sala de aula, nas escolas do estado do Paraná. Entre os Tupi inclui uma lista de nomes que designam, no seu entender, as várias *nações indígenas*.

Os Guarani encabeçam a relação elaborada pelo historiador paranaense. Fundamentado nas descrições de Cabeza de Vaca (1541) registra que *as primeiras expedições para exploração do sertão compreendido entre os rios Paranaapanema, Paraná, Tibagi e Iguassu acusaram numerosa presença de índios da nação Guarani*. De 1610 a 1629, os Guarani estiveram submetidos às determinações dos padres espanhóis da Companhia de Jesus que dirigiram 13 reduções fundadas nos vales dos rios Pirapó, Tibagi, Ivaí e Piquiri e, *o seu extenso território foi invadido por índios de outras etnias*, quando as missões foram destruídas pela ação dos bandeirantes paulistas, registra Romário Martins.

Na sua classificação, os Carijó são citados como os nativos que dominavam toda a costa marítima e foram utilizados pelos bandeirantes como cativos. Realizaram trabalho escravo na *descoberta e exploração do ouro* em Paranaguá e Curitiba. Para esse historiador, *os carijó da costa paranaguense que não foram escravizados pela bandeira preadora ou que não se internaram no sertão fugindo a outras agressões dos brancos, passaram a constituir o lastro da nossa população litoranea*. E conclui: *ainda hoje a nossa gente praiieira conserva o tipo do seu ascendente indígena*. (Martins, 37,40 ).

Arrola os Carijó como distintos dos Guarani, quando na realidade, os Guarani eram conhecidos como Carijó ou Cario.(1). A confusão sobre quem era Carijó ou Guarani aparece em livros de história do Paraná e, em várias fontes, de caráter mais geral sobre o Brasil Meridional.

Os Aré são incluídos como um grupo Tupi-Guarani por falarem uma língua Tupi e estarem localizados nos rios Ivaí e Piquiri. No entender de Romário Martins, (1937,46) devido ao uso que faziam dos botoques, passaram os Arés por Botucudos.

Os Aré são os Xetá, povo Tupi-Guarani atualmente em extinção no Paraná. (2) . Foram localizados na década de 50, na serra dos Dourados, a noroeste do estado do Paraná. A literatura sobre os Xetá é pequena. O Handbook Of South American Indians incluiu os Ivaporé: Aré-Xetá - como um grupo da língua Tupi. (Steward, 1946, vol 6, 298).

Os Guaianás são citados nos mapas e fontes escritas anteriores ao século XIX (3). As denominações Coroados, Caingangues e Kaingang aparecem na documentação mais recente. Romário Martins consulta cronistas, geógrafos, historiadores e etnógrafos para relatar quem eram e onde se localizavam os Guaianás. Baseado em Pedro Taques informa que, em 1661, se estabeleceram na Serra Apucarana, além do rio Tibagi onde foram encontrados por Fernão Dias Paes Leme. Também, em 1610, no tempo das Fundações Jesuíticas no Guaira, foram

1. John Manuel Monteiro que realiza uma investigação profunda sobre os Índios e a História do Brasil Meridional documenta, com clareza que "...Os Guarani eram conhecidos na época (às vésperas da conquista) como Carijó ou Cario...". (Monteiro, 1992, 476)

2. Sobre os Xetá ver Cecília Helm, 1994, 105-112.

3.-Documento manuscrito inédito do século XVIII de Francisco Tosi Colombina, transcrito e publicado em 1974 contém informações sobre os indígenas que se refugiaram dos paulistas em terras da região do rio Tibagi. No relato está registrado por Colombina que "...essas terras do Tabagy agora estão ocupadas por numeroso Gentio Guayaná e os índios prometeram aos povoadores descobrirem ouro, desde que não viessem a ser capturados. (Tosi Colombina, 1756, 33).

localizados Guaianás nas margens do rio Paraná, acima e abaixo dos Saltos das Sete Quedas; às margens do Iguassú e do Santo Antonio; e, em 1775, ao sul do rio Piritiba (rio Chopim) Cita o Mapa Geográfico da América Meridional de Olmidilla, como sua fonte de consulta.

Romário Martins (1937, 42) informa que os mapas coloniais assinalam a região do baixo Tibagi com a indicação: “Sertão do Gentio Guanhanás” e entre os rios Iguassú e Santo Antonio: Gunhanás (pouco conhecidos). Menciona Ambrosetti que, em 1903, visitou aldeias Guaianás no curso inferior do Iguassú e no alto Paraná. Registra as observações do Conego Gay que insere os Guaianás no baixo e alto Iguassú e Uruguai, informando que o nome Guaianás dá-se a todas as tribus que não têm outra denominação e que não são Guaranis. Tece comentários sobre as considerações de Carlos Teschauer que escreveu sobre os Caingang ou Coroados no Rio Grande do Sul e afirmou que os Guaianás, como também os Camés e os Xocrens, eram Caingangs e, por fim, cita H. von Ihering que escreveu: os Guaianás descritos por Gabriel Soares “são os atuais Caingangs”

Em 2º lugar, na classificação de Romário Martins, foram enumerados os Crêns (4) que traduziu, baseado em Martius, por parentes, família, filho. São Caingang, Camés, Votorões, Dorins, Cairucrês, Chocrêns, Corutons, ...

As denominações das metades clânicas Kamé e Kaíru e dos grupos de pintura Kaingang foram tratados por ele como se fossem povos distintos. No seu ideário, os Kaingang que registrou como Caingang possuíam várias denominações tribais, conforme as regiões de suas concentrações. Seus registros foram muito impregnados pelo caráter de sua classificação geográfica. Os Camés descreve como os primitivos habitantes dos rios Iguassú - Uruguai e depois dos sertões

4.-Consultar o trabalho de Charlotte Emmerich e de Ruth Monserrat : Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas Lingüísticas, 1975 publicado no Boletim do Museu do Índio- FUNAI - Rio de Janeiro.

de Guarapuava. (Romário Martins, 1937, 50).

Em 1977 (Cecília Helm, 1977,101) escrevemos com fundamento em anotações de campo e interpretação de nossas observações etnográficas e de autores compulsados que, na sociedade Kaingang, o clã é uma unidade conhecida por **kre**, que significa **descendentes** e tem denominações específicas: Káiru, Votoro, Kamé, Aniky e Dorim.(5) Assim, fazendo uma comparação entre a contribuição de R. Martins e os estudos mais recentes sobre os Kaingang percebemos a importância histórica de sua classificação. Estava correto o seu registro de que os Crêns são parentes. Em nosso entendimento, os Kaingang ainda preservam alguns atributos associados com a sua identidade: nominação, descendência patrilinear, filiação clânica, pintura ritual. Tais atributos continuam avivados, apesar das relações de trabalho e de troca impostas pelo contato. (Helm, 1977, 99).

A sua classificação, se comparada aos estudos linguísticos e antropológicos atuais, traz contribuições para a reconstituição da história indígena, em termos da localização desses povos e percepção de suas migrações pelo sul do Brasil.

À medida em que o colonizador avança pelos territórios indígenas, esses povos, sejam das famílias linguísticas Tupi-Guarani ou Jê, buscam novas áreas de refúgio, para escapar da condição de cativos e, mais tarde, de peões e agregados, que o branco impõe a eles.

Entre os Jês, Romário Martins classifica os Botucudos. Informa que habitavam o sul do rio Negro e o “sertão” do Tibagi. Eram encontrados principalmente na região de Taió, mas faziam suas correrias até o litoral catarinense e também, para o oeste, na região de Palmas. (Romário Martins, 1937,56). Fundamentado nos estudos de Martius e Ehrenreich escreveu que os Botucudos do extremo

5.-Em 1972 escrevemos um artigo sobre “ A Sociedade Kaingang Tradicional “, em que exploramos nosso material de campo sobre a organização social Kaingang.

meridional eram chamados de Bugres e usavam batoque.

A nosso ver, é necessário entender o momento em que escreveu a sua história do Paraná. Se reunirmos os Crêns e os Gês de R. Martins em os Jê Meridionais teremos uma classificação dos indígenas em: 1. Tupi-Guarani e 2. Jê. Os povos remanescentes são: os Guarani e os Arê-Xetá (em extinção) no 1º tronco; e, os Kaingang e Xokleng (Botucudos), no 2º, como Jê Meridionais. Na classificação estão incluídos os povos indígenas atualmente localizados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na *Pequena História do Paraná* publicada por ocasião do Centenário da Emancipação Política, a historiadora Cecília Maria Westphalen (1953,15) da Universidade do Paraná, se refere aos índios como *habitantes da terra*. Registra em seu livro que eram os habitantes de toda a extensão territorial brasileira. *No litoral predominavam os Tupi, no interior os Gé, no centro-norte os Nuarnaque e ao norte, os Caraíba*. Eram povos naturais, que viviam em estado primitivo, porque não conheciam o uso de metais, moravam em ocas de barro e ramagens, se alimentavam apenas de caça e pesca e cultivavam roças rudimentares de mandioca... A terra era coletiva e, os objetos, como o arco e a flecha eram individuais. Viviam nos campos e nas matas, planícies e serras na mais ampla liberdade... por isto, quando o branco europeu quis utilizar-se em seus engenhos, roças e lavras do seu trabalho escravo, o índio não se submeteu, nem se adaptou, explica Westphalen (1953,16).

Sobre a presença indígena no Paraná escreve que *as terras estavam ocupadas por tribos e, a medida em que o branco avançou sobre os seus territórios, recuaram para o interior do estado*. No litoral, registra os *Carijó e os Tupiniquim*; nos planaltos e campos os *Tingui, os Guaianá... os Caingangue, os Caiuá, os Camé*. No entender de Westphalen (1953,20) *o indígena muito contribuiu para a nossa formação étnica e sua contribuição material foi o tipo mestiço, como o caboclo; e a espiritual, os usos e costumes e tradições que são riquezas inesgotáveis de nosso folclore*.

Como se lê na sua *Pequena História do Paraná*, Westphalen



reconhece o indígena, como o habitante da terra e o branco colonizador é tratado como o elemento que explora e escraviza o índio, provocando o extermínio de grupos inteiros. Cita como exemplo os Carijó.

Por outro lado na década de 50, os trabalhos antropológicos de Baldus (Baldus 1937,29) sobre *O culto dos mortos entre os Kaingáng de Palmas* e de Loureiro Fernandes (Loureiro Fernandes, 1941, 161) *Os Caingangues de Palmas* circulavam nos meios acadêmicos e não são citados pelos historiadores. Nas sugestões bibliográficas para a história do Paraná, Westphalen não recomenda os estudos de Loureiro Fernandes, seu colega na Universidade do Paraná. Podemos inferir que o intercâmbio praticamente não ocorria entre etnólogos e historiadores.

Em seu texto didático sobre a História do Paraná os povos indígenas são enfocados com destaque, porém as contribuições dos estudos antropológicos não foram incorporadas no livro ou recomendadas para leitura. É preciso dizer, no entanto, que Westphalen trata as populações indígenas, como os *habitantes da terra*, reconhecendo sua presença, em lugar de omiti-los. A expansão colonial não é justificada para ocupar “espaços vazios”, como se lê em vários trabalhos de historiadores e geógrafos. A sua análise dos fatos e compreensão do fenômeno social e econômico da ocupação dos territórios indígenas pela expansão da sociedade colonial é mais real.

O historiador paranaense Ruy Christovam Wachowicz, em 1967 publicou a sua História do Paraná, dizendo que se tratava de um livro didático. Na 6ª edição, em 1988, fez algumas modificações com o propósito de atualizar seu livro. Dedicou o primeiro capítulo ao indígena paranaense. Teve a preocupação de recorrer aos estudos antropológicos clássicos, para se referir às populações pré-colombianas na América e no Brasil. Utilizou a classificação de J.H.Steward, das áreas culturais, para registrar que os índios do Paraná pertenciam a duas grandes áreas culturais: a da floresta tropical e a marginal. No primeiro grupo, insere a grande família tupi-guarani e, no segundo, a maior parte da família

dos gê. (Wachowicz, 1988,6).

Baseado no Mapa Etno-Histórico de Nimuendajú, Wachowicz escreve que os tupi predominavam no litoral e a noroeste e oeste do Estado e foram os primeiros a entrarem em contato com os portugueses. Quanto aos Jê cita os Kaingang e os Xokleng, que para ele ainda não foram bem estudados. No seu entender o estudo dos indígenas é complicado devido às suas freqüentes correrias pelo sertão, o que leva a grandes dificuldades para a localização de uma tribo e mesmo a confundir as tribos entre si (W.1988,7).

Ao historiador paranaense passou despercebido que, tanto em 1967, como em 1988, (data em que publicou a edição revisada) os indígenas não mais se encontravam no “sertão” do Paraná. Os Kaingáng e os Guarani estão aldeados em Áreas Indígenas que são administradas pelo Serviço de Proteção ao Índio (até 1967) e depois pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI (6). Na condição de tutelados, permanecem em seus territórios tradicionais, em áreas demarcadas ou em vias de serem demarcadas (7).

Sobre a influência dos indígenas na composição da população paranaense Ruy Wachowicz chama a atenção, como os demais historiadores que citamos neste trabalho, para a miscigenação ocorrida e “incorporação dos índios à sociedade nacional”. O seu modo

6.-Nas delegacias regionais da FUNAI se pode obter dados demográficos sobre a população e localização das Áreas Indígenas, que auxiliam o pesquisador a compreender a situação dos povos indígenas que sobrevivem no Brasil Meridional.

7.-Ainda permanecem como “problemáticas” as glebas de terras indígenas que foram negociadas ilegalmente pela União e Governo do Estado do Paraná, como é o caso da Área Indígena Mangueirinha, que está com uma parte significativa de sua área sub-judice. Também as Áreas Indígenas do Ocoí e Mangueirinha (parte das terras dos Guarani da Palmeirinha do Iguazú) atingidas pelas Hidrelétricas Binacional Itaipú e Salto Santiago, respectivamente, necessitam que sejam solucionadas as questões da terra e dos reassentamentos para a população Guarani (tanto em Mangueirinha, como no Ocoí)

de pensar é bastante influenciado pelo conceito de aculturação e texto da Lei que vigorou até 1988, que privilegiava a integração do índio.

## Os Indígenas e os Aldeamentos

Relatam as fontes históricas que após a viagem de Cabeza de Vaca pelo interior de Guarapuava, a oeste do atual Estado do Paraná, o governo paraguaio resolveu fundar povoações, à margem oriental do rio Paraná um pouco acima das Sete Quedas. Em 1554, foi fundada Ontiveros com a finalidade de dar proteção aos índios de Guaira, cujas queixas contra os portugueses e índios de São Vicente se faziam sentir, escreve Eunice Branco Ribeiro. (Branco,Ribeiro,1940,21). Em 1557, é criada na foz do Piquiri a Cidade Real de Guayra. Ocorreu reação dos índios, contra a penetração em seus domínios. Um dos motivos da reação foi a escravização dos nativos imposta pelos colonos que se estabeleceram nas proximidades da povoação.

Com a chegada dos jesuítas para promoverem a “conversão” dos indígenas, desde 1555, foram sendo criados povoados no Ivaí, Iguacú, Paranapanema, Paraná e Tibagi. Calculam os memorialistas que perto de 100.000 pessoas viviam na região oeste do Paraná. Atritos frequentes se davam entre jesuitas e povoadores que disputavam a posse dos índios e sua força de trabalho e, entre índios e colonizadores, porque impuzeram novas práticas de vida para os indígenas.

Informam também as fontes que, em 1585, começam a aparecer os “caçadores de índios” que penetravam em Guaira. Fernão Paes de Barros, em 1612 atacou várias reduções e aprisionou enorme quantidade de índios.

Os primeiros contatos, tanto de Guaraní, como de Kaingang, com representantes da sociedade colonial ocorreu nas

reduções de Guairá. Foi um contato temporário e impregnado de atritos. Os ataques freqüentes dos bandeirantes paulistas acabaram por destruir as povoações e atropelaram os missionários que são levados a interromper seu intento de “catequização” dos povos indígenas.

O massacre promovido pelos bandeirantes paulistas contra os indígenas aldeados em Guaira liquidou em 1631 com enorme soma de indígenas que viviam nos aldeamentos dirigidos pelos jesuítas. Relatam os cronistas que os Guarani abandonaram de maneira forçada a região e, os índios Kaingang, (Coroados) migraram, mais tarde, para as matas e campos do oeste paranaense, fugindo da perseguição que os paulistas faziam aos índios na época colonial. Os paulistas fizeram suas incursões predadoras de índios no litoral e no interior. Seguiram caminhos que aprenderam com os indígenas e penetraram nas matas do sul, encontrando nas missões a mão de obra indígena que necessitavam para abastecer o mercado de escravos. Os paulistas que atingem nos séculos XVI e XVII amplas áreas do sul, procuraram também localizar terras minerais onde pudessem encontrar ouro, prata ou pedras preciosas e vasculharam terras e rios nessa esperança. (Cecília Helm, 1974,38).

A busca do ouro fez com que, ainda no século XVII os mineradores transpusessem a serra do Mar e fossem faiscar no planalto curitibano. A instalação de um agrupamento humano no planalto, originando a vila de Curitiba é um dos resultados dessa mineração. (Antonio Vieira dos Santos, 1850).

No princípio do século XVIII se inicia a economia pecuária e surgiram pousos, currais, fazendas, povoados e é aberto o caminho das tropas. No Paraná surgem Jaguariaíva, Pirai do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmas, Campo Largo, Lapa e Rio Negro. A economia e a sociedade dos campos gerais formam um setor de uma economia pecuária mais ampla, integrada á economia colonial, simbolizada no que se chamou a estrada do gado. Os paulistas que se dirigiram

inicialmente para o litoral e, a seguir, para o planalto, utilizavam como cativos os Guarani, que eram denominados de Carijó e, os Kaingang de Coroados. (Cecília Helm, 1974, 41).

Brasil Pinheiro Machado, historiador do departamento de História da Universidade do Paraná, que escreveu artigos sobre a Formação da Estrutura Agrária Tradicional dos Campos Gerais afirmou: durante todo o século XVIII e grande parte do seguinte, nos Campos de Curitiba e, nos Campos Gerais, a fazenda de criar se tornou a empresa fundamental da economia paranaense. Informou sobre a condição de escravos, a que foram submetidos os povos indígenas que habitavam o litoral e os campos. Baseado em Vieira dos Santos (1850) escreveu que no início do povoamento do litoral do Paraná os Carijó (leia-se Guarani) trabalharam na mineração e, a seguir, no planalto, trazidos pelos mineradores que subiram de Paranaguá e mais tarde também são encontrados nas fazendas dos campos gerais. Machado narra haver localizado, nos inventários dos fazendeiros da última década do século XVIII, e princípios do século XIX, referências aos “gentios de guerra”. E explica: eram escravos indígenas (Coroados ou Botucudos) aprisionados nas investidas que os fazendeiros faziam contra os bugres que lhes assaltavam as fazendas e as tropas (Pinheiro Machado, 1963,15).

Fazendas de criação e invernadas multiplicavam-se nessa época nos campos gerais. Criadores e tropeiros utilizaram esses campos. A conquista das pastagens de Guarapuava e Palmas ocorreu devido à expansão dos criadores que invadiram os territórios indígenas, notadamente as áreas dos Kaingang. (Cecília Helm, 1977,45).

Para a proteção das fronteiras meridionais das incursões dos espanhóis, o Governo da Metrópole organiza expedições de caráter militar, povoador e para catequese e aldeamento dos indígenas. Funda inicialmente uma povoação, Atalaia, para garantir a defesa do oeste e dar proteção aos criadores e fazendeiros que se estabeleceram nos

campos de Guarapuava e eram atacados pelos indígenas (8).

Telêmaco Borba informa com base em narrativas da tradição Kaingang, como os índios se opuseram ao povoamento de Guarapuava. Assim registra: Dizem eles que atacaram (Guarapuava) no princípio mas foram vencidos em um grande combate onde perderam muita gente; depois desse desbarato continuaram seu velho sistema de surpreender traiçoeiramente, tanto os desprevenidos habitantes dos campos de Palmas e Guarapuava, como aos descuidados tropeiros; mas, neste seo modo de proceder, de vez em quando sofriam grandes revezes, e as represálias por parte dos habitantes daquelas regiões, coadjuvados pelos caciques Condá e Viry, eram-lhes sempre funestas.(Telêmaco Borba, 1901, 1).

Pelas confirmações das fontes primárias, que se basearam nos relatos dos índios mais velhos, podemos perceber que os brancos trataram de ocupar os campos e, para tanto, se utilizavam dos índios que se aproximavam e os antepunham aos grupos arredios (Cecília Helm 1994,47).

Assim a conquista do território Kaingang, na região dos campos de Guarapuava e Palmas, ocorre devido a Real Expedição, militar e povoadora, que em 1810, é organizada por decisão do Governo e passa a ocupar as áreas dos Kaingang e a submetê-los à catequese e à vida “sedentária” no aldeamento de Atalaia.

Nas memórias do Padre F. Chagas Lima, capelão da Real Expedição que atingiu os campos de Guarapuava e teve a tarefa de iniciar a catequização dos índios, conforme informações de A.M.Franco (1938,236), está registrada a prática da poliginia entre os Kaingang, que documentou como “nações dos Camés e dos Votorons”. Suas memórias são repletas de reprovações sobre os hábitos dos indígenas

8.-Sobre as expedições militares e povoadoras foram escritos dois livros de autores paranaenses: Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava, 1943 por Arthur Martins Franco e Conqusita Pacífica de Guarapuava, 1951 por F.R.Azevedo Macedo.

que possuíam duas, três e até quatro mulheres. No seu entender “mulher devia ser uma só...” (Franco, 1943, 237-38 apud Francisco das Chagas Lima, 1808).

Um século e meio depois dos relatos estereotipados do Padre Francisco das Chagas Lima ouvimos de um chefe de posto, do então Serviço de Proteção aos Índios - SPI, que administrava os Kaingang do rio das Cobras em Nova Laranjeiras, no Paraná a expressão: “...são incultos professor, eram polígamos, quando eu cheguei para chefiar este Posto, mas proibi a poligamia e hoje só casam com uma mulher” (Diário de campo, Cecília Helm, 1966).

Enquanto o Governo Imperial entregava a religiosos a tarefa de “catequizar” os indígenas, alguns fazendeiros dos campos de Guarapuava procuraram avançar com a criação de gado até os campos de Palmas. Pelos índios aldeados em Atalaia, foram informados da existência de outros campos, para onde estenderam seus rebanhos. Usando índios como guias os pioneiros foram avançando sobre os seus territórios. Favoreceram com presentes os que se aproximaram, entregando-lhes armas e ferramentas. Os Kaingang estavam divididos em grupos que se hostilizavam, enquanto disputavam os territórios de caça e coleta. (Pinto Bandeira, 1979, 385). A cisão Kaingang favoreceu os colonizadores, que procuraram acirrar as inimizades, para que os índios aldeados servissem de anteparo às eventuais investidas dos seus opositores. (Cecília Helm, 1974, 58).

As relações de contato entre os indígenas -Kaingang e Guarani - e segmentos da sociedade nacional foram marcadas por atos de violência cometidos contra esses povos.

Desde o período do Brasil-colônia houve reação indígena a ocupação e espoliação de seus territórios. Também se rebelaram contra as práticas de captura e catequização impostas pelos portugueses, pelos jesuítas

espanhóis e por grupos paulistas que penetraram no litoral e interior

dos estados do sul do Brasil.

As fontes históricas justificam a “conquista” dos espaços, que eram habitados e disputados pelos Kaingang e Guarani, devido a política oficial de ocupação do “sertão”, com a finalidade de expandir a colonização para regiões “vazias”. (não povoadas pelo colonizador branco).

Nos discursos oficiais, em relatórios de Presidentes de Província, nas memórias registradas por missionários está presente a idéia de que era preciso povoar o Brasil. O índio era visto como obstáculo ao povoamento, e, mais tarde, ao desenvolvimento dos estados do sul.

Como vimos, no século XIX, ocorreram várias tentativas de aldear os índios, para mudar seus hábitos e integrá-los à sociedade nacional.

Tanto em Guarapuava (Atalaia), como em Palmas, os Kaingang não aceitaram as novas práticas interétnicas impostas pelos povoadores recém chegados. Um número pequeno de índios permaneceu nesses aldeamentos. As falas dos missionários (Pe.Francisco das Chagas Lima, 1810) e de autoridades do governo estão carregadas de insultos contra os indígenas, que se aproximavam dos aldeamentos, para receber ferramentas e armas e, em seguida, retornavam para seus locais de moradia.

Em São Jerônimo e em São Pedro de Alcântara, ao norte do estado do Paraná, no rio Tibagi, foram fundados dois aldeamentos.

Em 1868, J.F.Horta de Araújo, Presidente do Paraná, encaminha mensagem à Assembléia Provincial, definindo as etapas, métodos e propósitos da ação indigenista. Tal ação objetivava a conquista, a catequese e a civilização dos indígenas. No seu entender, a conquista não era a que exterminava e, sim, a conquista em virtude da qual o homem civilizado por assim dizer toma posse do selvagem, de modo que este sinta e reconheça a superioridade daquele... é preciso



opor obstáculos à satisfação do instinto que leva o índio a continuar a ser o que é. E conclui: daí a necessidade dos aldeamentos onde tem lugar os serviços do catequista. Logo após, cumpre chamar o indígena aos hábitos da civilização por meio do trabalho bem dirigido... (Relatório do Presidente J.F.Horta de Araújo, 1868).(9)

No aldeamento de São Pedro de Alcântara estavam reunidos 500 Kaingang e 400 Guarani em 1881. Na década seguinte, há registros de que ocorreu uma diminuição da população indígena. Os Kaingang passaram a ser 210 indivíduos e os Guarani, 376.

Nos aldeamentos da segunda metade do século XIX os relatos mas importantes são de Telêmaco A. Borba e do Frei Luiz de Cimitille.

Telêmaco Borba chefiou o aldeamento de São Pedro de Alcântara, no rio Tibagi, entre 1863 e 1873. Fundou também o Toldo de Barreiros no Tibagi, onde dirigiu por muito tempo grande número de índios Kaingangue escreveu Loureiro Fernandes. (L.Fernandes, 1946,249).

Foi Telêmaco Borba que introduziu o termo Kaingang na literatura antropológica, em substituição a Coroado. Suas observações sobre esses índios são de reconhecido valor etnográfico. Seu livro *Actualidade Indígena* é leitura obrigatória para etnólogos que estudam os Kaingang.

Telêmaco Borba informa sobre a uxori-localidade que ocorria entre os Kaingang: Os homens não tomam mulher antes dos 18 ou 20 anos; nessa idade, quando encontram mulher ou menina do seu gosto, pedem-na ao pai, fazendo-lhe algum presente; se esse anui ao pedido, o noivo fica agregado à família da noiva, que se é moça, fica-lhe pertencendo, sem necessidade de cerimônia alguma; se esta é

9.-Carlos de Araujo Moreira Neto, "Alguns dados para a história recente dos índios Kaingang" em, *La situación del indígena en América del Sur*, 1971, 391.

ainda menina, fica o noivo, pela mesma forma agregado ao sogro, a quem faz todo o serviço, como seja: caçadas, roças, lenha, etc., até que a noiva atinja dez a doze anos. Desse tempo em diante, ou continua na companhia do sogro, ou procura outra família, levando a mulher; mas isso raras vezes acontece (Borba 1908:11). E Frei Luiz Cimitille, diretor do aldeamento de São Jerônimo também registrou: "... o velho polígamo, em lugar de mostrar desejos de ser instruído respondeu-me em sentido contrario, dizendo que não podia deixar de ter quatro mulheres porque ele era tramam, isto é valente...". (Azevedo, 1951, 158 e Cimitille, 1882)

Outros autores confirmaram as observações de Telêmaco Borba, e de Cimitille, como Konigswald (1908), Baldus (1947) e Loureiro Fernandes (1946). Em nossas pesquisas de campo, no interior do Paraná, registramos que a matriz localidade persiste entre os Kaingang (Cecília Helm, 1972, 1974, 1977, 1993).

Borba descreveu, em detalhes, como eram as grandes casas dos Kaingang e Frei Luiz de Cimitille também registrou suas observações sobre as casas desses índios. (Cimitille, 1882,227).

De muito valor para a compreensão da sociedade e cultura Kaingang são os mitos registrados nos primeiros relatos escritos. Borba teve sensibilidade para anotar o mito da origem dos Kaingang. Em suas observações etnográficas aparecem quatro denominações distintas para os grupos Kaingang: Káiru, Kamé, Kaingang e os Kurutú que diz serem os escravos.

Para a reconstituição da organização social Kaingang, os etnólogos têm feito sistematicamente uma leitura dos mitos Kaingang registrados por diretores de aldeamentos, que tiveram a acuidade de anotar dados importantes da organização social tradicional desses índios.(10)

Também os censos e as genealogias registradas pelos administradores de aldeamentos e, a partir de 1910, pelos Delegados

do Serviço de Proteção ao Índio, fornecem documentação de grande utilidade para a reconstrução da história dos povos indígenas e sua localização territorial (11).

Com fundamento nos Relatórios de Presidentes do Paraná se obtém informações sobre a manipulação a que foram submetidos os indígenas pelos administradores dos aldeamentos, pelas autoridades militares e primeiros povoadores

Zacarias Goes e Vasconcelos, Presidente do Paraná, relata em, 1854 que: Todos os índios aldeados haviam sido expulsos desta vila (Guarapuava), inclusive o cacique Viri e seu grupo, apesar de ser este um indivíduo a serviço dos fazendeiros da área, que o usavam para ataques a outros bandos ... O grupo de Viri foi refugiar-se em Palmas. Também o Vice-Presidente do Paraná narra à Assembléia Legislativa como os índios eram instigados a atacar outros grupos: ... O chefe Victorino Condá, de Guarapuava, foi estimulado a atacar os indígenas que se concentravam na região de Palmas (e) recebeu 220\$000 por sua participação e foi nomeado comandante dos índios... . No entender de Moreira Neto este ato caracteriza Victorino Conda como um “ bugreiro oficial “. (Moreira Neto, 1971, 387).

10.-Herbert Baldus, Egon Schaden e José Loureiro Fernandes são os antropólogos que deram contribuições à Etnologia brasileira e também o etnógrafo Curt Nimuendaju.

11.-Para ilustrar, informamos que estamos realizando uma perícia antropológica na Área Indígena Mangueirinha, no estado do Paraná. O Relatório da inspeção procedida em 1937, nos toldos dos Estados do Paraná e Santa Catarina pelo Delegado do S.P.I., no Estado do Paraná, Sertório da Rosa, contém nomes dos Kaingang e dos Guarani na língua deles, e em português. O censo inclui todos os indígenas chefes de famílias e seus descendentes. Essa preciosa documentação constitui a prova pericial necessária para atestar que os Kaingang e os Guarani estavam na Campina e na Palmeirinha (aldeias localizadas na A.I.Mangueirinha), desde tempos imemoriais. A negociata realizada em 1949 - entre a União e o Governo do Estado do Paraná - que vendeu parte do território indígena a terceiros, a pretexto de que eram terras devolutas e, para projeto de colonização originou um Processo que se arrasta na Justiça há quarenta anos.

Em mensagens oficiais e, em atitudes assumidas pelos catequistas, é possível perceber uma constelação de esteriótipos criados para justificar a espoliação a que foram submetidos os povos indígenas localizados no sul do Brasil.

## **Kaingang, Guarani e Xetá na 1ª metade do século XX.**

A criação do Serviço de Proteção aos Índios - S.P.I. em 1910, pelo Governo Federal, foi devida a ação de positivistas brasileiros. No entender de Stauffer o governo central se encontrava num impasse, pois ao mesmo tempo que estimulava a penetração para o interior - abrindo estradas e ferrovias, estendendo linhas telegráficas e criando núcleos coloniais - não tinha interesse que sua imagem fosse maculada nos centros urbanos do país e no exterior com acusação de incuria, devido a ação de muitas companhias que usurpavam as terras e a mão de obra nativa (Coelho dos Santos, 1970, 39, apud Stauffer).

Na imprensa europeia era criticada a ação dos bugreiros praticada no sul do país. O órgão recém criado também enfrentava problemas com os Kaingang de São Paulo, que tentavam impedir o andamento dos trabalhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Os proprietários de terras, construtores da ferrovia e os políticos locais insistiam junto ao Governo, para organizar expedições contra os indígenas.

O Serviço de Proteção aos Índios delegou os trabalhos de “pacificação” dos Kaingang a Horta Barbosa. Em minuciosos relatórios informa como se desenrolaram os fatos. (Horta Barbosa, 1954).

Darcy Ribeiro chama a atenção em seus escritos, para a depopulação que os Kaingang sofreram, em consequência do contato permanente com elementos da sociedade nacional; principalmente se refere às epidemias que grassaram entre os Kaingang de São Paulo, nos primeiros momentos da aproximação com os brancos. (Ribeiro,

1956).

No início do século XX, no Paraná, a frente de expansão agrícola avançou com os cafezais até as terras de São Jerônimo, invadindo os territórios indígenas, que ainda desfrutavam de certa autonomia, derrubando a mata tropical, que se estendia do Paranapanema, em Ourinhos, através dos vales do Tibagi e Ivaí, até às margens do Paraná, pouco acima de Guaira. (Moreira Neto, 1971, 400).

Com a devastação da flora e da fauna os Kaingang, que continuavam esparsos pela região dos vales do Tibagi e Ivaí, foram compelidos a se resguardarem em Postos Indígenas, para obterem ferramentas e sementes, intensificando o cultivo do milho e da mandioca. Devido a falta dos frutos e raízes, bem como de carne de caça e peixe, passaram a depender de roças de subsistência. Com a derrubada das araucárias (pinheiro do Paraná) rarearam os frutos que se constituíam em alimento básico consumido pelos indígenas, durante o inverno. Também passaram a depender dos medicamentos fabricados pelos brancos. (Helm, 1974, 67).

Com a divisão das terras do norte do Paraná em pequenos lotes, adquiridos pelos colonos das companhias particulares e do Governo, aos indígenas restaram as terras doadas por terceiros ou demarcadas pela União e mantidas como reservas.

Assim, na primeira metade deste século, o território paranaense estava colonizado e ao S.P.I. cabia a tarefa de dar proteção, assistência e intensificar a “integração” do índio à sociedade nacional.

Na década de cinquenta, o Serviço de Proteção ao Índio - S.P.I., através da 7ª Inspeção com sede em Curitiba, recebeu a notícia da existência de indígenas perambulando pela mata na Serra dos Dourados, a noroeste do Estado do Paraná.

As primeiras notícias sobre a presença de índios coletores-caçadores são dadas por cultivadores de café que, no final da década de 40, adquiriram das Companhias de Colonização glebas de terras na

região do rio Ivaí, para a formação de fazendas.

Três funcionários do S.P.I. são enviados à região da Fazenda Santa Rosa, próxima ao rio Ivaí, ocorrendo assim o primeiro contato do órgão oficial do Governo brasileiro com os Xetá (Souza, 1967 relato oral).

Duas crianças Xetá apreendidas na mata por fazendeiros, quando coletavam frutos silvestres, foram encaminhadas para Curitiba pelos funcionários do S.P.I. A língua falada por elas foi comparada à dos Guarani e à dos Kaingang.

Novas informações sobre a presença de índios “selvagens” na região do rio Ivaí continuaram a ocorrer, até que o Serviço de Proteção aos Índios decidiu organizar expedições para contatar os Xetá, com a finalidade de aldeá-los em um Posto, nas imediações da Fazenda Santa Rosa.

Enquanto os trâmites burocráticos ocorriam lentamente, para a tomada de decisões sobre como proceder, os Xetá foram sendo vítimas do extermínio gerado pela expansão cafeeira na região. (Helm, 1994, 109).

O antropólogo Loureiro Fernandes, da Universidade do Paraná, teve o mérito de contatar os Xetá e participou de expedição à Serra dos Dourados organizada pelo S.P.I. e departamento de Antropologia da UFPr. Registrou suas observações em alguns trabalhos. Em 1958, em comunicação que apresentou durante a IIIª Reunião Brasileira de Antropologia (Loureiro Fernandes, s.d.) escreve: pudemos assim comprovar que se trata de um grupo, mantendo-se em estágio de cultura primitiva, segregado naquela área de floresta tropical o qual devia viver em plena cultura lítica, pois em todos os acampamentos visitados e estudados, não nos foi dado encontrar qualquer elemento que revelasse contatos com os agrupamentos humanos da civilização brasileira existentes nas regiões circunvizinhas. Também escreveu: os índios Xetá da Serra dos Dourados pertencem a esses pequenos grupos

étnicos que por circunstâncias muito especiais, conseguiram evitar o contato direto com outros índios ou com civilizados e assim puderam perpetuar, nos recessos florestais da América do Sul, as etapas muito primitivas de sua cultura.

De uma das expedições participou o lingüista Chestmir Loukotka, a convite de Loureiro Fernandes, para realizar um estudo comparativo, a respeito dos apontamentos de Fric sobre os Xetá, registrados no passado. No entender de Loukotka, escreveu Loureiro Fernandes : os índios que Fric conheceu não eram da tribo dos Xetá, pois segundo ele, plantavam a mandioca, o milho e o fumo e, como teve oportunidade de constatar, os Xetá são completamente selvagens, nada conhecem de agricultura, viviam quase que exclusivamente da coleta, caça e pesca. (Loureiro Fernandes, 1961, 85).

Os Xetá foram classificados como semi-nômades - um grupo étnico coletor e caçador da floresta tropical com influências da cultura Guarani. Conta Loureiro Fernandes que entrou em contato com apenas 60 indivíduos, de aproximadamente 200 que os novos habitantes da região diziam existir. Apenas um pequeno número de índios fazia visitas freqüentes ao posto de aproximação, sendo que a maioria dos Xetá continuava sua vida nômade na floresta, utilizando equipamento de madeira, pedra e osso. (Loureiro Fernandes s.d., 31).

No entender de Loureiro Fernandes (1960) os Xetá eram os remanescentes de um antigo grupo que falava uma língua Tupi. Previu a extinção dos Xetá na década de 60 (12).

12.-Loureiro Fernandes em 1960, teceu comentários sobre a provável extinção dos Xetá. Hoje estão reduzidos a sete indivíduos dispersos pelo estado do Paraná, sendo que cinco vivem em Áreas Indígenas junto aos Kaingang e dois estão em cidades. (Helm, Cecília, 1994).

## **Considerações finais**

Registramos neste trabalho que as fontes históricas são de grande utilidade, para os etnólogos que se dedicam a estudar e a compreender a dinâmica das sociedades indígenas. Contribuem para a reconstituição da história do contato. As observações dos memorialistas auxiliam o antropólogo a desvendar a trama da organização social dos indígenas.

As monografias de Baldus, Schaden e Loureiro Fernandes sobre os Kaingang, os Guarani e os Xetá receberam contribuição valiosa dos historiadores.

Vimos, neste trabalho, que os relatos de missionários, de Presidentes de Província, de Diretores de Índios, de naturalistas europeus e de Delegados do S.P.I. são fontes preciosas para a Etnologia brasileira.

Na década de 70, realizamos estudos sobre as relações interétnicas que envolvem índios e brancos no Paraná e consultamos um número significativo de obras, que nos auxiliaram a interpretar a situação de contato (Helm, 1974 e 1977). Também, Carlos Moreira Neto, Sílvio Coelho dos Santos, Maria Lígia Pires e Lígia Simoniam privilegiaram o estudo das relações interétnicas e da política indigenista praticada no Brasil.

Mais recentemente, Lúcio Tadeu Costa (1994) estudou as Guerras dos Índios Kaingang e Juracilda Veiga (1994) contemplou a Etnologia com o seu trabalho sobre Organização Social e Cosmovisão Kaingang.

Para a concretização desses estudos a historiografia contribuiu para a reconstituição da resistência dos Kaingang, Guarani e Xetá que foi complementada pelas narrativas desses índios que têm a sua versão da história do contato. A análise da documentação histórica auxilia o antropólogo na difícil tarefa de contribuir com o seu



conhecimento para que sejam garantidas aos povos indígenas a posse e a demarcação de seus territórios.

Portanto, compete ao antropólogo fazer uma leitura crítica das fontes históricas e aprender a fazer uso do relato em suas investigações.

**Bibliografia:**

BALDUS, Hebert. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1937, 342 p..

BIGG-WITHER, Thomas P. .Novo caminho no Brasil meridional: A província do Paraná: Três anos em suas florestas e campos 1872/1875. Curitiba: Livraria José Olimpio Editora, 1974, 417 p..

CABEZA DE VACA. **Naufraágios e comentários**. Porto Alegre: L & PM Editores S/A, 1987, 256 p..

EMMERICH, Charlotte; Monserret, Ruth. **Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: Notas lingüísticas**. Rio de Janeiro: Boletim do Museu do Índio, nº 3, outubro-1975, 45 p..

FERNANDES, Loureiro. **Frei Luiz de Cimitille**. Curitiba: Separata da Revistado Círculo de Estudos “Bandeirantes”, TOMO III, nº 1, 1956.25 p..

HELM, Cecília M.V. **Grandes projetos hidrelétricos e os povos indígenas, Kaingang e Guarani no estado do Paraná, Brasil**. Trabalho apresentado no 48º Congresso Internacional de Americanistas Estocolmo, Suécia, 1994.

\_\_\_\_\_. Os Xetá: a trajetória de um grupo Tupi-Guarani em extinção no Paraná. **Anuário Antropológico/ 1992**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1994, p. 105-112. Comunicação apresentada no XIIIº CICAIE, Cidade do México, 1993

\_\_\_\_\_ **Movimiento indígena em el sur de Brasil.** In **Después de la piel:** 500 años de confusión entre desigualdad y diferencia. Misiones: Argentina: Dossier de la Revista Contextos, Departamento de Antropología Social de la Universidad Nac. de Misiones, 1993, p 153-161

\_\_\_\_\_ **A hidrelétrica Salto Santiago no rio Iguaçu e a depredação do patrimônio ambiental e cultural dos índios Guarani e Kaingang de Mangueirinha, Pr:** comunicação apresentada na XVIII Reunião da ABA. Belo Horizonte, 1992, 10 p.

\_\_\_\_\_ **Movimentos sociais no campo:** movimentos indígenas: o caso paranaense. Curitiba: Editora Criar, 1987, p 51-66.

\_\_\_\_\_ **O índio camponês assalariado em Londrina:** relações de trabalho e identidade étnica: Tese, professor titular. Curitiba. 1977, 117 p.

\_\_\_\_\_ **Síntese histórica do contato entre índios e brancos no Paraná.** **Estudos Brasileiros.** Curitiba, 1977, p. 267-273.

\_\_\_\_\_ **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná:** o caso Kaingang, tese Livre-Docente, UFPr. Curitiba, 1974, 226 p.

MARCATO, Sonia de Almeida. **A repressão contra os Botocudos em Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Boletim do Museu do Índio, Etno-História, n:1, maio - 1979, 60 p.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Guaira Ltda. 1937, 376 p.

MELIÁ, Bartolomeu; NAGEL, Liane M. **Guaranies y Jesuítas en tiempo de las misiones**. Santo Angelo: URI, Centro de Cultura Missioneira, 1995, 286 p.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional; séculos XVI-XVII em CUNHA, Manuela C. (org); et al. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, Companhia das Letras, SMC, 1992, p.475-498.

MOTA, Lúcio T. **As guerras dos índios Kaingáng no Paraná (1769-1024)**. Maringá: Editora da Universidade de Maringá, 1994, 275 p..

MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná**. Curitiba: Boletim da Universidade do Paraná, deptº de História, nº 3, 1963, 50 p..

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. **Alguns dados para a história recente dos índios Kaingáng, em La Situación del Indígena en América del Sur**. 1971 - p. 381-419

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo: Sobre os Kaingáng, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993, 160 p.

\_\_\_\_\_ **Textos indigenistas**. São Paulo: Edições Loyola 1982, 250p.

\_\_\_\_\_ **Mapa Etno-Histórico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1981

RAMOS, Alcida R. **Hierarquia e Simbiose: relações intertribais no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980, 246 p..

SANTOS, Silvio Coelho dos. **A integração do índio na sociedade regional.** A função dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1970

SCHADEN, Egon. **A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, 175 p.

SIMONIAM, Lígia T. (org). **Arquivo Kaingáng/Guarani e Xetá.** Ijuí: Fidene, Cadernos do Museo, nº 10, 1981, 101p.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná.** Curitiba, Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1988, 275 p.

*Cecília Maria Vieira Helm*

é antropóloga, professora titular aposentada da UFPr; Vice-Presidente da ALA, representa o Brasil na atual Diretoria; Pesquisadora do CNPq; Pós-doutoramento em CIESAS, México, D.F.; Pesquisadora visitante do PPGAS da UFSC.